

Polícias do DF sob investigação

Deputados federais apuram 97 casos de agressão contra cidadãos locais

**ÁUREO GERMANO E
DARSE JÚNIOR**

As polícias Civil e Militar do Distrito Federal estão sob investigação no Congresso Nacional. A Comissão Especial criada na Câmara dos Deputados para investigar a prática de tortura no País recebeu, desde que foi instalada em outubro de 2001 até ontem, nada menos do que 735 denúncias de violências cometidas contra cidadãos no DF. Desse total, apenas 97 casos tiveram instaurados processos de apuração.

Segundo o coordenador do grupo de trabalho, Agostino Veit, dos que estão em apuração, 90% (ou seja, 88 casos) são relativos a torturas praticadas por policiais nas delegacias e núcleos prisionais do DF. "O número de casos que não chegam ao nosso conhecimento é muito maior", acredita.

Essa realidade fez o secretário Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, baixar a Resolução nº 5/2004, determinando que outra comissão, criada no Ministério da Justiça para investigar crimes praticados por policiais do Entorno, verifique também as denúncias oriundas do DF.

Conforme os dados da comissão da Câmara Federal, as 638 denúncias restantes foram arquivadas por falta de

elementos que ajudem a caracterizar o crime – como ausência de testemunhas ou recuo dos denunciante.

Essa inibição é reforçada pela Câmara Legislativa do DF. Em 2003, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) recebeu 20 denúncias de violência policial. Sua presidente, a deputada distrital Érica Kokay (PT), afirma que o número seria bem maior, não fosse a burocracia encontrada pelas vítimas no momento de registrar a queixa. O protocolo exige que os denunciante se identifiquem. "Isso inibe os agredidos", diz a parlamentar.

ARQUIVADOS – Os processos instaurados, de acordo com Veit e a deputada, são encaminhados para as corregedorias e para a Secretaria de Segurança Pública. Segundo levantamento da Corregedoria da Polícia Civil, nos últimos três anos foram abertos 15 inquéritos para investigar torturas e 96 para apurar abusos de autoridade e lesão corporal.

Nenhum dos casos de tortura foi comprovado. Todos foram arquivados, segundo o porta-voz do órgão, Miguel Lucena. De acordo com a Corregedoria da PM, mais de 1,4 mil processos – desde sindicâncias até ações no Conselho de Disciplina – estão em andamento na corporação.

TONY WINSTON



DEPOIMENTO

Meu filho completaria 19 anos no próximo dia 30. Ele não fazia mal algum, apenas namorava dentro do carro. Nada justifica a ação que tirou a vida dele. Fiquei extremamente frustrado com a polícia do Distrito Federal, apesar de saber de seu destaque no cenário nacional. Só quero justiça. Peço a ajuda das autoridades e da população do DF para que o culpado seja julgado e condenado o mais rápido possível.

(Carlos Henrique de Araújo, pai de Kreykler Lopes de Araújo, morto com oito tiros pelo policial civil Jorge Luiz Rodrigues, da Delegacia de Repressão a Furtos. O agente pensou que o carro estacionado em frente à sua garagem fosse de assaltantes).

Dos 97 casos que tiveram processos de investigação instaurados no Congresso,

88

referem-se a torturas praticadas por policiais nas delegacias e prisões do DF

Nos últimos três anos, foram abertos na Polícia Civil

15

inquéritos sobre tortura. Nenhum foi comprovado

Denúncias falsas representam 40%

O presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal, Wellington Souza, afirma que é preciso ser cauteloso com as denúncias recebidas. Para ele, muitas vezes os policiais são considerados culpados antes mesmo da comprovação do fato.

"Está havendo uma inversão de papéis. Atualmente, os criminosos são mais respeitados do que os agentes da lei. Isso desestimula o trabalho dos policiais", lamenta ele, garantindo que nos casos comprovados os culpados são punidos

severamente, para não manchar a imagem da categoria.

O porta-voz da Polícia Civil, delegado Miguel Lucena, confirma que muitas das acusações são infundadas. "Os bandidos fazem acusações falsas apenas para atrasar o processo e atrapalhar a investigação", garante. O delegado cita o caso do Disque-Denúncia, onde, segundo ele, aproximadamente 40% das ligações são motivadas por intrigas pessoais ou brigas de vizinhança. Ele ressalta que nenhuma investigação de tortura foi com-

provada pela corregedoria nos últimos três anos.

A coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa, Pati Sales, explica que "nossa obrigação é repassar às autoridades competentes os casos que chegam ao nosso conhecimento". Geralmente as denúncias apresentadas à Câmara são encaminhadas ao Núcleo de Controle Externo do Ministério Público do DF. O núcleo, porém, não fechou o balanço de quantos inquéritos foram instaurados e julgados.